

Novos desígnios europeus

Publicação: [O Mundo em Português Nº 64](#)

Data de Publicação: Maio/Junho 2007

Autor: Álvaro de Vasconcelos

A Comunidade tornou impensáveis as guerra fraticidas europeias e pelo progressivo alargamento estendeu o espaço democrático quase à dimensão do continente. O grande desígnio da União, hoje, deve ser o da Europa Mundo. Para o cumprir, tem de vencer o nacionalismo identitário e inscrever o seu desenvolvimento no projecto de uma mundialização ao serviço do homem.

Muitos europeus se interrogam sobre qual é hoje – qual deve ser – o novo grande desígnio da construção europeia? Para os fundadores, na memória viva das terríveis guerras fraticidas, a paz perpétua entre os Estados europeus era a primordial razão de ser da Comunidade. O nacionalismo, o grande inimigo das sociedades abertas, fora deslegitimado pelas dezenas de milhões de mortos das duas guerras mundiais, porque europeias, no horror da barbárie do nacionalismo extremista e do holocausto

Os que vieram depois, quase intuitivamente e por vezes sem entusiasmo, fizeram da democratização do continente, pela via da inclusão e do alargamento, um projecto sem paralelo histórico. Ambos foram bem sucedidos no seu desígnio, para além de qualquer quimera visionária. A guerra entre os inimigos de ontem tornou-se impensável. Hoje, a União está a ponto de coincidir com o continente europeu e há eleições livres de Portugal às fronteiras da Rússia. Mais de 600 milhões de europeus vivem em democracia.

Quando a União faz cinquenta anos e o mercado se mundializou, é bom lembrar que o «doux commerce» nunca foi finalidade, muito menos ideologia, mas instrumento. Para a União Europeia, mais que para qualquer Estado, o interno é externo. O seu poder de atracção resulta principalmente do que construiu entre os europeus, um espaço supranacional de unidade na diversidade. É o modelo europeu de associação de Estados, a construção assente nos valores fundamentais e na solidariedade, que o mundo admira. A nova etapa da construção europeia passa exactamente pela necessidade de aprofundar a diversidade, fazendo de todos os que aqui vivem cidadãos plenos, independentemente de crenças religiosas, culturas ou tradições. Só sendo

Mundo poderá a União continuar a ser Europa. A Constituição foi um passo importante por ter banido as definições culturais e religiosas da identidade europeia, que alguns, perante o impasse actual, tentam de novo impor.

Acolher a Turquia quando aí se consolidar a democracia é um teste decisivo que fará prova, aos olhos dos países de maioria muçulmana, de que a União não é um clube civilizacional mas é de facto Mundo. Para concretizar esse desígnio, tem porém de vencer o nacionalismo identitário que corrompe as democracias europeias. Hoje, o nacionalismo identitário e a intolerância assumem formas insidiosas. Ontem apanágio da extrema direita tradicional, corrói hoje partidos democráticos e influencia mesmo a política de alguns governos.

A Europa viveu, nos últimos anos, uma fase de acentuada transformação: as grandes cidades tornaram-se muito mais cosmopolitas, e o islão é uma grande religião europeia, que tem na União muitos milhões de praticantes. Essa forte diversidade é uma enorme riqueza, que contribui para que haja uma identificação com a União em muitos pontos do Mundo.

A esta a mudança inexorável procuram opor-se alguns sectores da sociedade europeia, nomeadamente em momentos de crise social politicamente explorada por correntes populistas. Os imigrantes são apontados como uma ameaça à identidade nacional, como causa do desemprego que corrói a coesão social europeia, e a rejeição do outro banaliza-se.

O culturalismo, que identifica a democracia com uma determinada religião e uma cultura, que nela alegadamente se filia, e nega a sua compatibilidade com outras, nomeadamente o islão, é erigido em paradigma para explicar divergências e conflitos; e mesmo os que negam fundamento à tese tão em voga do «choque das civilizações», vêem nela explicação plausível da fractura social manifesta em tantas cidades europeias.

Na era da globalização, dos grandes movimentos humanos, o combate à «nova» xenofobia não pode deixar de ser dada a mais alta prioridade. Primeiro, há que deixar definitivamente de ver na imigração um problema – e muito menos um risco de segurança! –, e fazer dos imigrantes cidadãos e dos seus descendentes actores plenos da construção e da acção internacional da União. Há que aplicar o conceito de hospitalidade como o definiu Jacques Derrida, que considera que cada pessoa faz parte da mesma casa humana e deve ser respeitada como tal, e reconhece pois o Outro não como diferente mas como intrinsecamente igual. Aos cinquenta anos, olhando o seu próprio futuro, a União não tem apenas de reafirmar os valores fundamentais que a

cimentam, mas sobretudo de dar-lhes dar tradução prática na aprovação de uma carta europeia contra a xenofobia e o racismo, capaz de sancionar os prevaricadores.

A Europa não pode ser uma fortaleza humana, mas também não se pode sucumbir à tentação de se encerrar em si mesma economicamente, numa espécie de novo proteccionismo continental. É preciso compreender que o desenvolvimento económico e humano das outras regiões do Mundo é bom para a Europa, que é do interesse europeu a prosperidade do Brasil, da China ou da Índia. A estratégia de desenvolvimento europeu tem de assumir plenamente o carácter crescentemente multipolar do Mundo – a nova multipolaridade económica veio para ficar, e, amanhã, ela será também política. A Estratégia de Lisboa deve ser (re)pensada com o objectivo de tirar vantagem do desenvolvimento das potências emergentes e contribuir para o crescimento global, e não numa mera perspectiva de competição com as outras regiões do Mundo. A mundialização das tecnologias da informação permitem fazer do conhecimento um bem ao alcance de todos, mas, para assim seja, para que a mundialização sirva de facto o desenvolvimento humano e não contribua para criar ainda maiores disparidades, na Europa e fora dela, é absolutamente fundamental que haja uma produção de normas, que não se limitem à regulação do comércio mas que tenham igualmente em consideração o ambiente e as condições sociais.

A União tem de promover na sua acção internacional exactamente os mesmos valores que defende e aplica na ordem interna. É a proposta de uma acção internacional regida pelos valores e não pela política de potência que torna a União um «bem público internacional», na feliz expressão de Celso Lafer. Mas para isso a União tem que intervir decisivamente nos grandes problemas mundiais – da guerra e da opressão à pobreza ou à mudança do clima e ao conhecimento. Tem que ser a activa promotora de um civismo planetário, da proposta de «sociedade mundo» de que fala Edgar Morin.

Essa orientação deve materializar-se antes do mais na relação com os seus vizinhos, do Mediterrâneo e do Leste, a quem a União deve estender a lógica de inclusão, pondo a tónica, como fez na Europa, no desígnio da democracia e da coesão social, usando o mercado como um instrumento. Deve significar, também, uma intervenção decisiva para pôr termo ao genocídio no Darfur, para derrotar aí a manifestação mais extrema do nacionalismo identitário que, depois das tragédias da Bósnia e do Ruanda a comunidade internacional afirmou que «nunca mais» toleraria.

Em suma, olhando para o futuro, e em tempo de comemoração, a União deve fazer da Europa Mundo o seu novo grande projecto, que tem no combate à intolerância e ao racismo, na adesão da Turquia e na inclusão dos vizinhos as próximas grandes etapas.

E que tem numa mundialização ao serviço do Homem e na regulação da multipolaridade nascente, ou seja no multilateralismo eficaz, o projecto europeu para a ordem internacional.